

FACULDADE DE LETRAS
INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

CONIMBRIGA

VOLUME XXIII



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

1984

Georges FABRE, *Libertus — Recherches sur les rapports patron-affranchi à la fin de le République Romaine*, n.º 50 da Collection de l'École Française de Rome, Palais Farnèse, Roma, 1981. XVI + 427 pág., 50 fotografias, 3 mapas.

Depois do volume II das «Fouilles de Conimbriga» (Paris 1976), dedicado à epigrafia daquela cidade lusitana, precedido e seguido por excelentes artigos de síntese acerca da realidade sócio-política da Hispânia Romana (citemos, a título de exemplo, o trabalho sobre a demografia do noroeste peninsular publicado na «Latomus», XXIX, 1970, p. 314-340, as observações acerca dos libertos e a vida municipal na Península Ibérica durante o Alto Império («Actes du Colloque sur l'Esclavage», Besançon 1973, Paris 1976 p. 419-457) — habituámo-nos a ver no Prof. Georges Fabre o historiador metuculoso e arguto que, dotado de sólida formação de epigrafista, sabe tirar do monumento epigráfico total as conclusões mais ajustadas.

A sua actividade docente na Universidade de Pau parecia tê-lo impedido — também — de prosseguir numa investigação deveras promissora, mas aqui está o volume *Libertus*, provando que, afinal, o «silêncio» apenas significava a preparação duma obra verdadeiramente original e meritória.

Pode afirmar-se que até Georges Fabre os libertos eram observados um pouco pela rama, com base em fontes literárias (redigidas por quem tinha em relação a eles naturais preconceitos de classe) ou em textos jurídicos que, baseados muito embora numa realidade, apontam sobretudo os ideais a atingir dentro das normas de convivência social. Nada, porém, que penetrasse um pouco na vida real do liberto, no seu modo de pensar e de agir, no seu relacionamento quotidiano com a família do *patronus*.

Essa, a originalidade desta obra: Georges Fabre lançou mão de todas as fontes historiográficas disponíveis e, nomeadamente, da riqueza inexplorada dos monumentos epigráficos esculpturados, a que atribui lugar privilegiado, dando importância a todos os pormenores: ao gesto, à direcção do olhar, às proporções, à paginação do texto. As conclusões da análise são, pois, do

maior interesse, apoiando e/ou modificando conceitos há muito repetidos sem documentação suficientemente comprovativa. Isso lhe permitiu esclarecer as relações individuais e familiares dos libertos, as relações entre co-libertos, as ocupações (mormente artesanais), divindades associadas à libertação, as regras da nomenclatura, o próprio gosto estético; inclusive uma observação cuidada dos *elogia* exarados nos epitáfios deu azo a que se conhecessem as aspirações dos libertos, o universo afectivo e moral da sua vida.

Escolheu G. Fabre como âmbito cronológico da sua pesquisa o período que medeia entre a 2.^a Guerra Púnica (que tamanhas modificações introduziu na vida romana) e o dealbar do Império, um período com efectiva originalidade e uma certa coerência apesar das transformações nele ocorridas. Dessas transformações tomaria o imperador Augusto plena consciência, adoptando medidas que determinaram nova problemática neste domínio, como por exemplo a criação de novo *corpus* legislativo, o aparecimento da *Familia Caesaris*, outras condições de trabalho dadas aos especialistas em Direito e, finalmente, a limitação da participação dos libertos na vida cívica (p. IX-X).

Foram objectivos da sua investigação: tentar chegar à própria origem do acto liberatório, reencontrar as formas e o significado social da nomenclatura do liberto, analisar os aspectos propriamente pessoais da relação senhor/liberto (tendo em consideração o estatuto ou a posição social deste último), medir a extensão das obrigações económicas e, nomeadamente, dos serviços devidos pelos libertos.

Estuda o Livro I os fundamentos e a expressão do laço existente entre o senhor (*patronus*) e o liberto. Em primeiro lugar, os aspectos jurídicos e humanos da criação desse laço: a libertação formal [*voluntas domini*, *manumissio censu*, *manumissio vindicta*, libertação por disposição testamentária], os limites da vontade do senhor (casos especiais de libertação, intervenção do Estado), escravatura e liberdade («favor libertatis», «spes libertatis»). Depois, a importância do estudo da onomástica como forma de mais facilmente se detectar a afirmação real desse laço (realce dado ao elemento individualizante, a expressão da dependência em relação ao senhor). Se a primeira parte deste Livro I se baseia predominantemente nos textos jurídicos, a segunda (p. 93-124) assume relevo especial porque fundada em exaustiva análise das epígrafas republicanas, não só das que constam do CIL I² (G. Fabre teve acesso ao manuscrito de Solin) como também de inúmeras outras, algumas ainda inéditas, dispersas pelos museus que demoradamente visitou. Chamamos a atenção para a particular importância do estudo feito acerca da introdução do *cognomen* como elemento individualizante (que distingue o liberto do resto da *plebs ingenua*) quando o *praenomen* deixou de o ser (nomeadamente face ao *patronus*) e o problema que essa introdução acarreta permitindo, na prática, uma «confusão» entre escravo e liberto. Daí que para a maioria dos libertos escrever o nome na pedra fosse «o meio social de fixar (para a eternidade, esperavam eles) a sua existência enquanto pessoas de condição livre. Expulsos da História pelos escritores de origem aristocrática,

apenas lhes restava escrever sobre os epitáfios a sua história individual ou familiar» (p. 124).

O Livro II versa os aspectos jurídicos e humanos da relação entre o senhor e o liberto, primeiro no seu quadro material e humano (p. 129-215) e depois no âmbito propriamente pessoal (p. 217-265). Refere-se, com base nos dados literários, jurídicos e arqueológicos, a co-habitação do liberto e seu senhor durante a vida e mesmo na «residência dos mortos» (quadro material), passando-se depois ao estudo dos aspectos jurídicos e sociológicos da vida familiar dos libertos (tipos e valor jurídico das uniões, a expressão da vida familiar — aqui com muito relevo para o* dados escultóricos e epigráficos). Em relação a este último aspecto, o Autor conclui que os libertos se unem geralmente com outros libertos, uniões predominantemente informais, sendo bastante o círculo da *gens* do senhor para englobar o essencial dessas relações (p. 214).

Para completar o quadro, aborda Georges Fabre, no Livro III, os aspectos económicos que envolvem o relacionamento entre o senhor e o liberto e sobre os quais muito se tem especulado dada a sua importância. Também aqui a análise do Autor é arguta, pondo em confronto as diversas fontes de que dispõe para determinar: A) a intervenção do senhor na aquisição e na devolução dos bens do liberto (p. 269-315); B) a fiscalização exercida pelo senhor sobre as actividades do liberto (p. 317-357): os seus fundamentos, o liberto ao serviço do senhor, a actividade profissional do liberto — autonomia ou dependência? (o Autor conclui pela dependência, que pode inclusive subsistir para lá da morte do senhor — p. 361).

A bibliografia é apresentada por fontes e por obras e artigos de referência. Há índices: de fontes (aqui, nem todas as referências vêm anotadas), de antropónimos (por gentilícios), de topónimos, de teónimos e por assuntos. As fotografias são da melhor qualidade. Os dois primeiros mapas patenteiam a distribuição dos libertos de cidadãos romanos, um na Península Itálica e outro no mundo romano; o terceiro mapa refere-se aos patronatos múltiplos.

GEORGES FABRE

LIBERTUS

PATRONS ET AFFRANCHIS À ROME



ÉCOLE FRANÇAISE DE ROME

Capa do livro, de Georges FABRE, *LIBERTVS*